
Comentários

As informações da PNAD, ora divulgadas, permitem traçar um perfil da situação do País em 2003, nos seus aspectos habitacionais, demográficos, de educação, trabalho e rendimento. Em conjunto com os resultados dos anos anteriores, possibilitam, ainda, acompanhar a evolução socioeconômica da população, desde o âmbito nacional até o metropolitano.

Cabe lembrar que a PNAD não abrange a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e que as estatísticas apresentadas para a Região Norte referem-se somente à área urbana. Ainda que, de acordo com o Censo Demográfico 2000, a parcela não coberta pela PNAD representasse somente 2,1% da população do País, deve-se ter presente que os resultados referentes à Região Norte e a esses seis estados dos sete que a compõem não refletem a influência da sua expressiva componente rural, o que afeta a comparação com as demais regiões e Unidades da Federação. O Censo Demográfico 2000 mostrou que cerca de 30% da população da Região Norte residia em área rural.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

O atendimento das moradias por determinados serviços e a posse de alguns bens duráveis relevantes na atualidade são fatores que se refletem na saúde, no conforto e no acesso à informação da população.

Os serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade e telefone continuaram ampliando a sua cobertura. Os resultados de 2003 em comparação com os do ano anterior mostraram que o percentual de aumento no número de domicílios atendidos por rede coletora de esgoto foi substancialmente maior que os referentes aos outros serviços, ainda que todos tenham apresentado crescimento expressivo.

O número de domicílios que dispunham de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada à rede coletora de esgoto ou a fossa séptica) apresentou aumento de 4,6%, de 2002 para 2003. Essa elevação deveu-se ao incremento de 6,7% no número de habitações atendidas por rede coletora de esgoto, uma vez que o número das dotadas de fossa séptica permaneceu estável. A abrangência da rede coletora de esgoto aumentou continuamente em dez anos, mas ainda permaneceu como o serviço que apresentava a menor cobertura entre os pesquisados. Em 2003, o percentual de moradias que dispunham de esgotamento sanitário adequado era de 68,9%, sendo que as atendidas por rede coletora de esgoto representavam 48,0%. Em 1993, esses percentuais estavam em 58,8% e 39,0%, respectivamente.

Quanto ao abastecimento de água, o crescimento, de 2002 para 2003, no número de moradias atendidas por rede geral foi de 4,0%. Em 1993, cerca de um quarto das habitações não era servido por rede de abastecimento de água e, em 2003, esse serviço não atendia a 17,5% das moradias.

De 2002 para 2003, o número de moradias que contavam com serviço de coleta de lixo aumentou em 4,3%, praticamente o mesmo crescimento observado de 2001 para 2002 (4,2%). Em 1993, havia 30,0% das residências sem atendimento por serviço de coleta de lixo e, em dez anos, esta parcela caiu para menos da metade deste percentual (14,4%).

O serviço que apresentava maior cobertura continuou sendo o de iluminação elétrica. De 2002 para 2003, a taxa de crescimento dos domicílios com iluminação elétrica apresentou crescimento de 3,7%, superando o de 2001 para 2002 (2,9%). Em 10,0% das habitações não havia iluminação elétrica em 1993 e este percentual diminuiu para 3,0%, em 2003.

O aumento da oferta dos serviços de telefonia fez com que, em dez anos, a proporção de domicílios com telefone passasse de 19,8% para 62,0%. Ainda que o incremento de 2002 para 2003 no número de domicílios com telefone tenha sido significativo (3,9%), foi muito menor que o de 2001 para 2002 (7,0%), que já se situava em nível inferior aos do período de 1993 a 2001. A expansão de 2002 para 2003 resultou do aumento dos domicílios em que havia linha móvel celular (15,1%), uma vez que houve retração, ainda que insignificante (0,7%), no número de domicílios que possuíam linha fixa convencional. Em consequência, o percentual de domicílios com linha fixa diminuiu de 52,8%, em 2002, para 50,8%, em 2003.

De 2002 para 2003, o número de domicílios atendidos unicamente por linha móvel celular apresentou elevação de 31,3%, que foi superior ao dobro do forte aumento observado de 2001 para 2002 (15,4%). Esses resultados podem ser um indicativo do uso deste tipo de linha, importante para a comunicação fora da moradia, para suprir a falta da linha fixa. Em 11,2% das moradias

havia somente linha móvel celular em 2003 e, em 2001, quando começou a investigação, eram 7,8%. A expansão da linha móvel celular também foi expressiva nos domicílios em que existia a linha convencional fixa (13,8%, de 2001 para 2002, e de 9,5%, de 2002 para 2003).

Tabela 1 - Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de telefone - Brasil - 2001-2003

Ano	Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Total	Celular		Fixo convencional		Celular e fixo convencional
		Total	Somente celular	Total	Somente fixo convencional	
2001	58,9	31,0	7,8	51,1	27,9	23,2
2002	61,6	34,7	8,8	52,8	27,0	25,9
2003	62,0	38,6	11,2	50,8	23,4	27,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2003.

Nota: Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em todas as regiões foram observadas melhorias na abrangência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica e telefonia, entretanto, ainda perduraram diferenças marcantes. A Região

Tabela 2 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 1993/2003

Ano	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede geral de abastecimento de água						
1993	75,0	70,0	57,0	86,9	75,5	68,0
1998	78,8	70,9	64,9	88,6	79,3	72,6
2003	82,5	66,0	72,1	91,0	83,2	77,1
Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica)						
1993	58,8	45,3	32,4	78,2	59,4	36,7
1998	63,9	51,2	35,8	83,8	66,0	43,6
2003	68,9	55,1	44,1	86,3	74,9	45,4
Lixo coletado						
1993	69,9	60,4	48,6	81,9	73,8	68,9
1998	78,3	77,3	57,8	88,8	82,1	80,1
2003	85,6	88,7	70,1	93,9	86,8	86,1
Iluminação elétrica						
1993	90,0	94,2	75,7	96,4	94,7	90,0
1998	94,2	97,5	84,5	98,3	97,7	94,6
2003	97,0	98,7	91,7	99,4	98,7	97,1
Telefone						
1993	19,8	17,8	10,2	25,4	19,7	20,6
1998	32,0	27,5	18,0	38,5	35,4	36,9
2003	62,0	53,9	37,3	72,0	73,9	67,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sudeste continuou detendo os melhores resultados, ficando os da Nordeste no outro extremo, distanciados dos alcançados nas demais. A proporção de domicílios dotados de esgotamento sanitário adequado da Região Centro-Oeste ficou pouco acima da referente à Região Nordeste e ambas ficaram muito afastadas daquelas das Regiões Sul e Sudeste. Na comparação não foram considerados os resultados da Região Norte, uma vez que não retrataram a situação do seu total urbano e rural.

De 1993 para 2003, no total de domicílios particulares permanentes, a participação das moradias próprias passou de 70,8% para 73,7%, a dos alugados, de 15,3% para 15,0% e a dos cedidos, de 13,4% para 10,7%. A menor proporção de domicílios próprios foi a da Região Centro-Oeste (66,4%).

No que concerne à estrutura das habitações, constatou-se tendência de declínio na proporção de moradias rústicas, assim denominadas as habitações cujas paredes externas foram construídas com material classificado como não-durável, por não ser apropriado para edificação (madeira aproveitada de embalagens, taipa não-revestida, adobe, palha, etc.). De 1993 para 2003, no total dos domicílios particulares permanentes, a proporção de habitações rústicas diminuiu de 5,1% para 2,5% e esta queda pode ser vista como um indicativo de melhoria na qualidade da estrutura das moradias. Apesar deste indicador ter apresentado redução em todas as regiões, em 2003, o resultado da Região Nordeste (6,5%) manteve-se muito distanciado dos encontrados para as Regiões Sudeste (0,6%), Sul (1,4%) e Centro-Oeste (1,6%).

A necessidade de economizar energia, em função do racionamento que vigorou no País, em parte do ano de 2001, reduziu o crescimento dos domicílios dotados de *freezer*. Nesse ano, a proporção de domicílios com *freezer* apresentou retração, interrompendo a tendência ascendente deste indicador. Apesar de não ter havido racionamento de energia nos dois anos seguintes, em 2002, o número de domicílios dotados desse bem durável teve aumento insignificante (0,7%), em relação ao do ano anterior e, de 2002 para 2003, apresentou pequena queda (1,1%). Em decorrência, em 2003, o percentual de moradias com *freezer* manteve sentido de redução. Por outro lado, o número de habitações dotadas de geladeira continuou em crescimento, apresentando, de 2002 para 2003, taxa de expansão igual à de 2001 para 2002 (4,1%). O percentual de moradias com *freezer*, que estava em 13,0%, em 1993, alcançou 19,7%, em 1998, estabilizou-se em 1999 e passou a declinar nos anos seguintes, situando-se em 17,7%, em 2003, enquanto a proporção de habitações com geladeira subiu continuamente, passando de 71,8% para 87,3%, em dez anos. Entretanto, a taxa de crescimento dos domicílios com geladeira de duas portas permaneceu mais alta que a daqueles com geladeira de uma porta. De 2002 para 2003, a elevação no número de domicílios com geladeira de duas portas atingiu 12,8%, enquanto o aumento no número de moradias com geladeira de uma porta ficou em 2,5%. Esses resultados são indicativos da crescente opção das famílias por geladeira de duas portas. Cabe ainda mencionar que, no total de moradias com geladeira, a proporção daquelas que tinham o tipo de duas portas era 12,2%, em 1993, passou para 15,0%, em 2001, e atingiu 16,9%, em 2003.

Tabela 3 - Percentual de domicílios com geladeira ou freezer no total de domicílios particulares permanentes - Brasil - 2001-2003

Ano	Percentual de domicílios com geladeira ou freezer no total de domicílios particulares permanentes (%)			
	Com geladeira			Com freezer
	Total	2 portas	1 porta	
2001	85,1	12,8	72,3	18,8
2002	86,7	13,6	73,1	18,5
2003	87,3	14,8	72,5	17,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2003.

Nota: Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O número de moradias com máquina de lavar cresceu 4,8%, de 2002 para 2003, sustentando a tendência ascendente da proporção de domicílios em que havia este bem. De 1993 para 2003, o percentual de domicílios com máquina de lavar roupa subiu de 24,3% para 34,4%.

Em 1999, devido ao crescimento no número de moradias com rádio ter sido menor que o do total de moradias, o percentual de domicílios em que havia este bem já mostrava retração em relação ao do ano anterior, mas ainda superava o de domicílios com televisão, que mantinha trajetória ascendente. Em 2001, o percentual de moradias com televisão ultrapassou o de habitações com rádio. A partir desse ano, o afastamento entre o percentual de moradias com rádio e o das habitações dotadas de televisão foi aumentando gradualmente. Entretanto, em 2003, a taxa de crescimento do número de domicílios com rádio foi igual à do total de domicílios (3,3%) e ficou próxima à referente ao número de habitações em que havia televisão (3,4%). A participação das habitações com rádio estava em 85,1%, em 1993, alcançou seu máximo (90,4%), em 1996 e 1998, e caiu para 87,8%, em 2003. Já o percentual de domicílios com televisão ascendeu continuamente, tendo passado de 75,8%, em 1993, para 90,0%, em 2003.

Em 2001, ano em que se passou a pesquisar a existência de microcomputador nas residências, constatou-se que 12,6% dos domicílios tinham este equipamento. De 2002 para 2003, o crescimento no número de moradias com microcomputador (11,4%) foi muito superior aos constatados para os demais bens duráveis, repetindo o comportamento observado de 2001 para 2002. A elevação no número de domicílios com computador ligado à Internet também foi acentuada (14,5%), embora inferior à de 2001 para 2002 (23,5%). Em 2003, a proporção de domicílios com computador alcançou 15,3% e daqueles ligados à Internet, 11,4%.

A Região Sul continuou detendo os maiores percentuais de domicílios com rádio, máquina de lavar roupa e freezer e a Região Sudeste as mais elevadas proporções de moradias com geladeira e televisão. Os resultados da Região Centro-Oeste vieram em seguida aos dessas duas. Cabe destacar que o percentual de domicílios com freezer da Região Sul manteve-se bastante distanciado dos referentes às demais.

Tabela 4 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 1993/2003

Ano	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Geladeira						
1993	71,8	67,1	44,2	84,1	83,4	71,0
1998	81,9	79,8	58,5	92,1	91,0	83,7
2003	87,3	84,7	69,0	95,2	94,6	89,9
Freezer						
1993	13,0	11,2	4,3	12,6	27,4	15,3
1998	19,7	19,0	7,2	21,0	35,1	21,7
2003	17,7	15,3	7,1	17,7	34,5	19,2
Máquina de lavar roupa						
1993	24,3	12,8	4,7	32,5	36,3	22,7
1998	32,3	22,4	8,7	43,0	45,7	26,2
2003	34,4	23,2	10,0	45,6	47,8	29,3
Rádio						
1993	85,1	72,4	72,7	90,9	92,6	83,4
1998	90,4	79,9	83,5	94,2	94,9	88,2
2003	87,8	73,6	80,3	92,3	93,4	84,3
Televisão						
1993	75,8	73,4	53,1	86,6	83,8	74,7
1998	87,5	87,6	74,7	93,9	91,2	86,3
2003	90,0	88,9	80,1	95,0	93,1	89,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Composição e mobilidade populacional

A composição etária da população do País vem-se transformando ao longo dos anos, em decorrência da tendência declinante da fecundidade associada à redução da mortalidade. Em 2003, a taxa de fecundidade atingiu 2,1% e, dez anos antes, estava em 2,6%. A progressiva diminuição dessa taxa teve início em meados da década de 1960 e se intensificou nas duas seguintes, seguindo de forma mais moderada a partir do último decênio do século passado. Os efeitos dessa evolução podem ser vistos no estreitamento da base da estrutura etária. Em meados da década de 1980, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior e, em 1992, o grupo de 10 a 14 anos de idade superou os dois quinquênais anteriores. Com o prosseguimento deste processo, em 1998, o grupo etário de 15 a 19 anos já se igualava ao anterior e, em 2001, suplantou, nitidamente, os três primeiros, mas a sua proporção na população já começava a diminuir. Em 2003, o grupo de 15 a 19 anos de idade ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda, aproximando-se daquele do grupo etário de 20 a 24 anos. Esses cinco primeiros grupos etários representavam 58,2% da população, em 1981, e, como

resultado da redução progressiva no número médio de filhos tidos por mulher, abrangiam 52,4%, em 1993, e, dez anos depois, 46,6%. No outro extremo da estrutura etária, o grupo de idosos continuou aumentando, gradativamente, a sua participação na população. A participação das pessoas de 60 anos ou mais de idade na população era de 6,4%, em 1981, subiu para 8,0%, em 1993, e alcançou 9,6%, em 2003.

Tabela 5 - Percentual de pessoas de menos de 24 anos de idade na população residente, segundo os grupos de idade - Brasil - 1981/2003

Grupos de idade	Percentual de pessoas de menos de 24 anos de idade na população residente (%)					
	1981	1986	1992	1998	2001	2003
Total	58,2	56,1	52,8	49,5	48,1	46,6
0 a 4 anos	13,4	12,4	10,6	9,5	9,2	8,4
5 a 9 anos	12,4	12,5	11,5	9,8	9,5	9,4
10 a 14 anos	11,9	11,4	11,7	10,7	9,8	9,4
15 a 19 anos	11,4	10,3	10,1	10,7	10,3	9,9
20 a 24 anos	9,1	9,5	8,9	8,8	9,3	9,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do processo de envelhecimento da população também pode ser acompanhada por meio do indicador que relaciona o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para 100 crianças de 5 anos ou mais de idade. Este indicador estava em 48,3, em 1981, passou para 76,5, em 1993, e atingiu 114,7, em 2003. Em 2002, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade já havia suplantado o de crianças de menos de 5 anos de idade.

A mortalidade diferenciada por gênero se torna mais evidente entre os idosos e o excedente feminino neste contingente vem aumentando lentamente. Em 1993, o percentual de mulheres no contingente de pessoas de 60 anos ou mais de idade estava em 54,5% e, dez anos depois, era de 55,9%.

As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as estruturas etárias mais envelhecidas, vindo logo em seguida a da Centro-Oeste. A Região Norte urbana permaneceu com a estrutura etária mais jovem e a Região Nordeste, refletindo seu maior nível de fecundidade, inferior apenas ao da Região Norte, deteve a segunda maior participação de crianças de menos de 5 anos de idade e, devido ao seu histórico processo de emigração, apresentou a terceira maior participação de idosos de 60 anos ou mais de idade.

A parcela feminina no contingente de pessoas de 60 anos ou mais de idade continuou sendo mais elevada na Região Sudeste (57,3%), ficando no outro extremo a da Região Centro-Oeste (51,6%) .

De 1993 para 2003, o número médio de pessoas por domicílio passou de 4,0 para 3,6. Um dos fatores determinantes da tendência de queda deste indicador foi a progressiva diminuição no número médio de filhos por mulher. O número médio de pessoas por domicílio foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino.

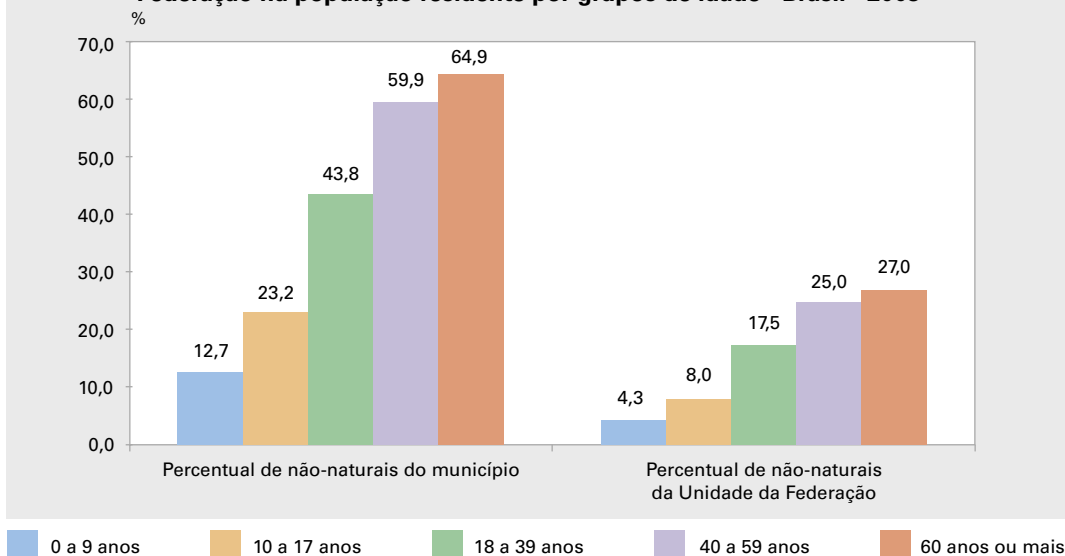
A parcela dos domicílios com um único morador também apresentou tendência ascendente. Em dez anos, o percentual de domicílios com um único morador aumentou de 7,5% para 10,2%.

Em 2003, as pessoas brancas representavam 52,1% da população do País e as pardas, 41,4%. Em termos regionais, a composição por cor ou raça é bastante diferenciada, refletindo a origem das várias correntes migratórias que se distribuíram de formas diversas no Território Nacional. Em 2003, as pessoas brancas constituíam 62,0% da população da Região Sudeste, sendo esta proporção inferior apenas à da Região Sul (82,3%). As pessoas de cor parda predominavam nas Regiões Norte urbana (69,0%), Nordeste (64,6%) e Centro-Oeste (51,8%).

Como resultado dos movimentos migratórios, as pessoas não-naturais do município de residência representavam 40,5% da população do País e as não-naturais da Unidade da Federação de moradia, 16,2%. Em termos regionais, a composição da Região Nordeste mostrou os efeitos das saídas históricas de sua população em busca de condições de vida melhores em outras áreas do País, e as das Regiões Centro-Oeste e Norte urbana, os reflexos das correntes migratórias que receberam nas últimas décadas. Cabe lembrar que os resultados apresentados para a Região Norte refletem somente os movimentos ocorridos em sua parcela urbana. Em 2003, a proporção de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de residência ficou em apenas 7,8% no Nordeste e situou-se em 36,3% no Centro-Oeste.

Os migrantes apresentam estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levadas migratórias apresentarem maior concentração em pessoas adultas que se deslocam, principalmente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Com o aumento da faixa de idade, verifica-se progressivo crescimento na proporção de migrantes.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas não-naturais do município e não-naturais da Unidade da Federação na população residente por grupos de idade - Brasil - 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As pessoas de 18 a 59 anos de idade constituíam 54,4% na população de naturais da Unidade da Federação e 71,5% na de não-naturais. Em decorrência de sua mais elevada proporção de adultos jovens e de meia-idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) do contingente de migrantes continuou superando o dos não-migrantes. Em 2003, o nível da ocupação situou-se em 54,8% para as pessoas naturais da Unidade da Federação de residência e alcançou 58,1% para as não-naturais.

Situação educacional

Os indicadores referentes ao período de 1993 a 2003 mostraram o avanço na situação educacional do País.

Em dez anos houve melhoria acentuada no nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Considerando as faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio, verificou-se que, de 1993 para 2003, a parcela que não freqüentava escola diminuiu de 42,3% para 21,3%, no grupo de 5 e 6 anos de idade, de 11,4% para 2,8%, no de 7 a 14 anos de idade, de 38,1% para 17,6%, no de 15 a 17 anos de idade.

A inserção das crianças e adolescentes na população estudantil aumentou em todas as regiões no período de 1993 a 2003, sendo que o nível de escolarização do total da população de 5 a 17 anos de idade da Sudeste se manteve mais alto que os das demais. No grupo etário de 7 a 14 anos de idade, desde 2002, a taxa de escolarização da Região Sul alcançou o patamar da referente à Sudeste.

Tabela 6 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1993/2003

Ano	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1993	21,8	16,8	25,2	18,6	24,3	22,2
1998	13,4	13,1	15,3	11,4	14,4	14,2
2003	8,8	11,2	9,5	7,8	10,0	9,5
5 ou 6 anos						
1993	42,3	33,2	38,7	41,2	53,7	48,0
1998	30,9	33,4	27,2	29,4	38,6	37,8
2003	21,3	27,4	19,0	17,3	29,6	30,0
7 a 14 anos						
1993	11,4	11,4	16,6	7,8	10,1	10,6
1998	5,3	5,5	7,7	3,8	4,2	4,3
2003	2,8	4,1	4,0	1,9	2,0	3,0
15 a 17 anos						
1993	38,1	28,5	40,9	34,5	44,9	38,0
1998	23,5	20,8	27,5	19,9	25,7	25,5
2003	17,6	19,0	20,0	15,4	18,4	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O aumento da inserção das crianças e adolescentes na população estudantil propiciou a aproximação das taxas de escolarização masculina e feminina. Nos grupos etários de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, as taxas de escolarização masculina e feminina, que se encontravam afastadas em 1993, já estavam próximas em 2003. No grupo de 5 e 6 anos de idade, os resultados desse último ano ainda apresentavam afastamento considerável.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1993/2003

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)			
	1993		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 ou 6 anos	43,7	40,9	22,0	20,6
7 a 14 anos	12,3	10,5	3,1	2,5
15 a 17 anos	41,0	35,1	18,0	17,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A rede pública de ensino atendia à grande maioria dos estudantes de 5 anos ou mais de idade (81,2%, em 2003), entretanto, a cobertura era nitidamente diferenciada em função do nível do ensino. Em 2003, freqüentavam escola pública 27,3% dos estudantes de ensino superior, 84,9% do médio, 89,5% do fundamental e 76,0% do pré-escolar.

Em termos regionais, as maiores diferenças na proporção de estudantes em escola da rede pública ocorreram no ensino superior. Enquanto no Sudeste apenas 19,8% dos estudantes do ensino superior freqüentavam escola pública, no Nordeste eram 44,2%. A Região Nordeste ainda apresentou a mais alta proporção desse indicador no ensino médio (86,4%), enquanto a Região Sul deteve o maior percentual de estudantes em escola da rede pública no ensino pré-escolar (81,3%) e, também, no ensino fundamental (91,2%).

No contingente de crianças e adolescentes, verificou-se que, em 2003, o percentual de estudantes que freqüentavam escola da rede pública no grupo etário de 5 e 6 anos (76,4%) foi muito menor que nos de 7 a 14 anos (87,5%) e 15 a 17 anos (86,8%), refletindo a cobertura dos níveis de ensino em que a maioria dos componentes de cada um destes grupos etários se inseria.

O aumento da escolarização das crianças e adolescentes vem contribuindo para a redução do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade caiu de 15,6%, em 1993, para 10,6%, em 2003. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo baixou de 11,3%, em 1993, para 3,5%, em 2003. No Nordeste, este indicador estava em 26,7%, em 1993, e decresceu para 8,1%, em 2003. Apesar do extraordinário avanço, este último resultado ainda ficou muito distanciado do patamar alcançado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e de 10 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 1993/2003

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1993	15,6	12,5	30,9	9,0	8,7	12,7
1998	12,9	10,8	25,8	7,3	7,3	9,9
2003	10,6	9,3	21,2	6,2	5,8	8,5
10 a 14 anos de idade						
1993	11,3	8,0	26,7	3,2	2,1	5,6
1998	6,9	5,7	16,8	1,6	1,2	2,4
2003	3,5	4,4	8,1	1,0	0,8	1,3

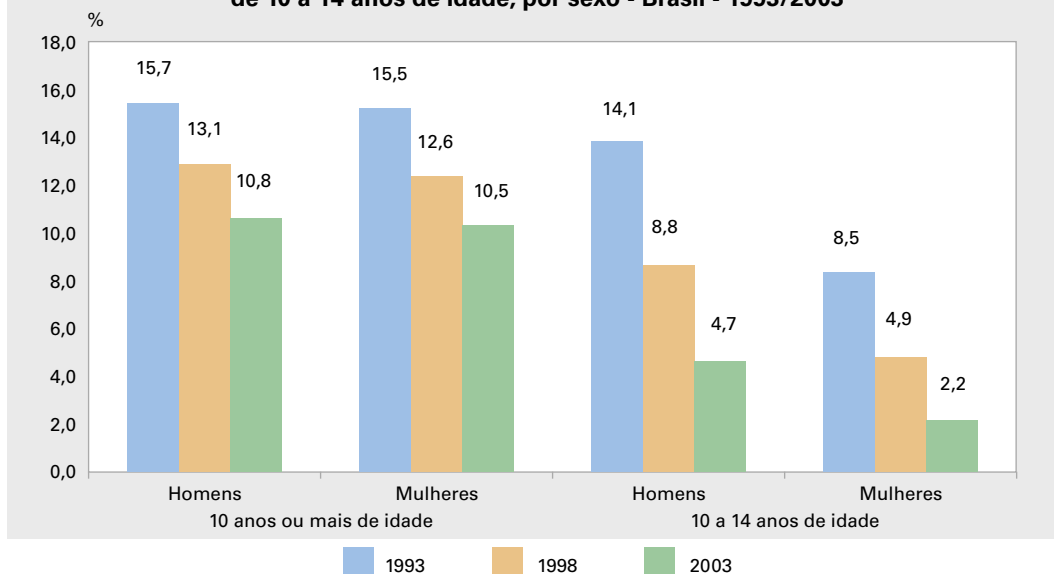
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em decorrência das diferenças nos níveis de escolarização dos dois gêneros, ainda havia, em 2003, nítido distanciamento entre as taxas de analfabetismo dos meninos e das meninas de 10 a 14 anos de idade, ainda que ambas tenham apresentado tendência de declínio ao longo dos anos. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo masculina e feminina estavam próximas em decorrência de, nas idades mais avançadas, o analfabetismo feminino ser maior que o masculino.

De 1993 para 2003, no grupo de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo masculina declinou de 14,1% para 4,7% e a feminina, de 8,5% para 2,2%.

Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 10 a 14 anos de idade, por sexo - Brasil - 1993/2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A contínua elevação do nível de instrução da população pode ser acompanhada pela evolução da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo, ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou nível equivalente. Este indicador passou de 14,4%, em 1993, para 24,9%, em 2003. Na parcela da população ocupada, o nível de instrução permaneceu mais alto, tendo o contingente com pelo menos o ensino médio concluído crescido de 19,0%, em 1993, para 32,5%, em 2003.

Refletindo a maior escolarização feminina, o nível de instrução das mulheres permaneceu em patamar mais alto que o dos homens. Em 2003, a proporção de mulheres que concluíram pelo menos o ensino médio ou nível de instrução equivalente (11 anos de estudo ou mais) atingiu 26,5%, situando-se 3,4 pontos percentuais acima da referente à população masculina, sendo esse distanciamento maior que o ocorrido em 1993 (1,6 ponto percentual). Ademais, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros mostrou-se muito mais acentuada na população ocupada (10,7 pontos percentuais na proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo), pois o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional.

Tabela 9 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo - Brasil - 1993/2003

Ano	Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1993	14,4	13,6	15,2	19,0	16,3	23,2
1998	18,0	16,8	19,2	24,2	20,7	29,7
2003	24,9	23,1	26,5	32,5	28,1	38,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro indicador que possibilita acompanhar a evolução do nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo. Para a população 25 anos ou mais de idade (ou seja, aquela que seguindo o curso normal da escolarização já teria idade mais que suficiente para ter concluído o nível superior), o número médio de anos de estudo subiu em 1,2 ano de estudo de 1993 para 2003, enquanto na população de 10 anos ou mais de idade a elevação foi de 1,4 ano de estudo, refletindo o efeito da crescente escolarização das crianças e jovens. Comparando os resultados deste indicador por grupos etários, verificou-se que o seu máximo encontrava-se no grupo de 20 a 24 anos de idade. Nesse grupo etário, o número médio de anos de estudo passou de 6,5 para 8,5, de 1993 para 2003.

O nível de instrução da população ocupada permaneceu mais alto que o do total das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Na população de 10 anos ou mais de idade, o número médio de anos de estudo do gênero feminino permaneceu mais elevado que o do masculino. A comparação por faixa etária mostrou que, em 1993, este indicador da população

masculina era menor que o da feminina nos grupos das idades abaixo de 40 anos, ficando maior nos seguintes. Em 2003, o número médio de anos de estudo dos homens era suplantado pelo das mulheres nos grupos das idades inferiores a 50 anos.

Tabela 10 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por grupos de idade - Brasil - 1993/2003

Ano	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
Total						
1993	5,0	4,9	5,1	5,5	5,2	5,9
2003	6,4	6,3	6,6	7,1	6,7	7,7
20 a 24 anos						
1993	6,5	6,1	6,8	6,5	5,9	7,3
2003	8,5	8,1	8,9	8,6	8,0	9,5
25 anos ou mais						
1993	5,1	5,1	5,0	5,6	5,4	5,9
2003	6,3	6,2	6,3	6,9	6,5	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O nível de instrução da Região Nordeste continuou em patamar mais baixo que o das demais, permanecendo a Região Sudeste com o mais elevado. Em 2003, o número médio de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade foi de 5,0, na Região Nordeste, e 7,1, na Sudeste.

Também na parcela da população ocupada, o nível de instrução da Região Sudeste manteve-se na liderança e o da Nordeste, como o mais baixo e distanciado daqueles referentes às demais.

Situação do mercado de trabalho

A população ocupada aumentou 1,4% de 2002 para 2003, sendo este incremento menos da metade do ocorrido de 2001 para 2002 (3,6%) e abaixo da taxa de crescimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade (1,9%). Cabe ressaltar que o percentual de aumento de 2001 para 2002 foi o mais alto desde o princípio da década de 1990. Em números absolutos, a expansão na população ocupada foi de 2,7 milhões de pessoas, de 2001 para 2002, e de 1,1 milhão, de 2002 para 2003. Em decorrência desse crescimento reduzido, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) de 2003 apresentou retração em relação ao do ano anterior.

O acompanhamento da evolução do nível da ocupação a partir do início da década passada mostrou que este indicador apresentou sensível redução de patamar em 1996. Desse ano até 2003, todos os resultados permaneceram em nível inferior aos da primeira metade da década de 1990. De 1996 a 2003, o maior nível da ocupação foi o de 2002, mas ainda sem mudar de patamar, vindo em seguida o de 2003, juntamente com o de 1997.

A evolução do nível da ocupação da população masculina apresenta diferenças sensíveis em relação à da feminina. O acompanhamento a partir da década de 1990 mostrou que o nível da ocupação da população masculina manteve tendência de queda, com nítida retração em 1996. Esse indicador, em 2002, superou somente o do ano anterior e atingiu seu mínimo (67,2%), em 2003. O nível da ocupação da população feminina, apesar de ter apresentado, também, retração de patamar em 1996, já mostrava recuperação em 1999. No contingente de mulheres, o nível da ocupação de 2003, permaneceu igual ao de 2002 (44,5%), que praticamente havia alcançado o de 1995 (44,6%), o mais alto desde o início da década de 1990. De 2002 para 2003 a contribuição feminina (547 mil mulheres) para o aumento no número absoluto de pessoas ocupadas foi maior que o da masculina (524 mil homens). Todos esses resultados são indicativos do forte impulso de ingresso feminino no mercado de trabalho, que já se mostrava acentuado na década de 1980.

Tabela 11 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1993/2003

Sexo	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade (%)									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,5	44,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de desocupação passou de 9,2%, em 2002, para 9,7%, em 2003, e a da população feminina (12,3%) permaneceu mais elevada que a da masculina (7,8%), sendo mais um indicativo da forte pressão das mulheres para ingressar no mercado de trabalho.

Considerando as categorias de posição na ocupação, de 2002 para 2003, observou-se queda na parcela dos trabalhadores não-remunerados enquanto a que mais se expandiu foi a dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, ambas as categorias de predominância feminina. Entre os empregados e trabalhadores domésticos o crescimento não foi significativo, em decorrência da queda no emprego não-registrado, o que limitou a contribuição do expressivo aumento do emprego registrado. A parcela do emprego não-registrado dos empregados diminuiu 2,3% e a dos trabalhadores domésticos, 1,1%, enquanto a do emprego registrado aumentou, respectivamente, 3,6% e 5,5%.

Existem diferenças marcantes entre as composições das posições na ocupação e categorias do emprego por gênero. O número de mulheres supera o dos homens nos contingentes dos trabalhadores não-remunerados e na produção para o próprio consumo e, especialmente, no dos trabalhadores domésticos. Entre os empregados, a parcela feminina é maior na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários.

Tabela 12 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2003

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1)	100,0	100,0	100,0	41,5
Empregado (2)	54,4	59,2	47,5	36,2
Com carteira de trabalho assinada	29,9	32,9	25,6	35,5
Militar e estatutário	6,6	5,0	8,9	55,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	17,9	21,3	13,0	30,2
Trabalhador doméstico (2)	7,7	0,9	17,3	93,5
Com carteira de trabalho assinada	2,1	0,3	4,5	90,3
Sem carteira de trabalho assinada	5,6	0,5	12,8	94,6
Conta-própria	22,3	26,6	16,3	30,2
Empregador	4,2	5,4	2,5	24,8
Não-remunerado	7,1	5,5	9,3	54,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,2	2,2	7,0	69,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,2	0,1	14,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

De 2002 para 2003, o crescimento da população ocupada em atividade agrícola ficou em 1,7%. Esse aumento foi devido à elevação de 2,9% na sua componente masculina, uma vez que a feminina apresentou redução (0,9%), ainda que insignificante. Por outro lado, a maior contribuição para o incremento de 1,3% no contingente ocupado em atividade não-agrícola foi da parcela feminina, que cresceu 2,2%, enquanto a masculina apresentou elevação de 0,6%.

A participação das pessoas em atividade agrícola na população ocupada situou-se em 20,7%, mantendo-se quase inalterada em relação à de 2002. Nessa atividade, o contingente dos trabalhadores não-remunerados foi o único que apresentou queda de 2002 para 2003. O número de trabalhadores por conta própria apresentou variação positiva inexpressiva, o que pode ter influenciado na redução do contingente de trabalhadores não-remunerados, uma vez que, em sua maioria, são ocupados em pequenos empreendimentos familiares desses produtores. Cabe ainda destacar o aumento de 7,2% no contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo, que elevou a sua participação na população ocupada em atividade agrícola de 19,2% para 20,2%, de 2002 para 2003, mantendo a tendência de crescimento desse indicador, que estava em 17,5%, em 1993. O percentual de aumento dos empregadores

foi o mais alto, mas esta categoria representava menos de 3% da população ocupada em atividade agrícola.

No contingente dos empregados em atividade agrícola, de 2002 para 2003, a taxa de crescimento das pessoas com carteira de trabalho assinada (4,0%) foi mais elevada que a das pessoas sem carteira de trabalho assinada (1,7%).

No contingente dos empregados em atividade não-agrícola, de 2002 para 2003, houve aumento no contingente das pessoas com carteira de trabalho assinada (3,3%) e queda no dos empregados sem registro (3,4%). Na parcela do emprego registrado formada pelos militares e funcionários públicos estatutários (que constitui a menor parcela dos empregados), também houve expansão. Nesse conjunto, somente o número dos funcionários públicos federais apresentou variação negativa, ainda que insignificante, de 2002 para 2003, o que manteve o sentido de queda iniciado em 1998. Ainda na área federal, o grupo dos militares, que vinha diminuindo desde 1996, apresentou aumento suficiente para superar somente o número de componentes dessa categoria no ano anterior. As variações positivas de 2002 para 2003 e de 1998 para 1999 foram as únicas ocorridas no número de funcionários públicos estaduais desde 1996. No caso dos funcionários públicos municipais, o crescimento, de 2002 para 2003, manteve a sua tendência ascendente. De 1993 a 2003, a participação da parcela municipal na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários subiu de 25,4% para 40,3%, enquanto a estadual caiu de 53,4% para 44,3%. Nesse período de dez anos, a participação do contingente dos funcionários públicos federais na categoria dos militares e estatutários baixou de 15,2% para 10,6%.

De 2002 para 2003, houve redução de pessoal em três dos grupamentos de atividades não-agrícolas (construção; alojamento e alimentação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais). Dentre os que tiveram aumento, o grupamento que apresentou maior crescimento foi o do comércio e reparação.

No grupamento da indústria de transformação, de 2002 para 2003, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, que se concentra fortemente em empreendimentos de maior porte, apresentou crescimento, enquanto o dos empregados não-registrados diminuiu. A outra categoria que contribuiu para sustentar o incremento de 1,7% na população ocupada na indústria de transformação foi a dos trabalhadores por conta própria, uma vez que as demais tiveram retração.

O grupamento da construção apresentou, de 2002 para 2003, forte redução (7,2%). Essa queda atingiu todas as categorias, indicando que a retração atingiu tanto o segmento das grandes construtoras como o das pequenas obras e reparos.

De 2002 para 2003, houve aumento substancial no pessoal ocupado no comércio e reparação (4,7%), mantendo a tendência ascendente deste grupamento. Ainda que todas as categorias desse segmento tenham aumentado, a expansão no número de empregados não-registrados e dos empregadores não foi expressiva. Dentre as categorias que apresentaram

crescimento, cabe destacar o dos empregados com carteira de trabalho assinada (8,3%).

De 2001 para 2002, o contingente ocupado no grupamento dos serviços domésticos teve crescimento insignificante (0,6%). A sua maior parcela, formada por pessoas sem carteira de trabalho assinada, apresentou redução de 1,1%, enquanto a dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada teve acréscimo de 5,5%. Esse último resultado sustentou a tendência ascendente do percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na categoria dos trabalhadores domésticos. Em 1993, esse indicador estava em 17,2% e alcançou 27,1%, em 2003.

O aumento de 1,1% no contingente ocupado, no conjunto dos demais grupamentos dos serviços, foi muito inferior aos ocorridos desde 1997. Ainda que a categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada tenha apresentado elevação expressiva e a dos trabalhadores por conta própria também tenha aumentado, houve queda nas demais categorias, o que limitou o crescimento desse segmento.

A estrutura da atividade econômica é bastante distinta regionalmente, o que se reflete na composição da população ocupada. Considerando as atividades econômicas agrupadas em cinco segmentos e sem envolver as informações da Região Norte, os resultados de 2003 mostraram que os percentuais de pessoas ocupadas no segmento agrícola das regiões ficaram nitidamente afastados entre si (variando de 37,2% na Região Nordeste a 10,4% na Sudeste). No segmento da indústria, as participações das Regiões Sudeste (17,1%) e Sul (17,6%) ficaram muito próximas e em nível mais alto que as das Regiões Nordeste (9,2%) e Centro-Oeste (11,0%). No grupamento dos serviços, também foram constatados dois níveis, ficando os percentuais das Regiões Sudeste (46,6%) e Centro-Oeste (45,0%) no mais elevado e mais próximos que os das Regiões Sul (35,6%) e Nordeste (32,0%). Nos segmentos da construção e do comércio e reparação, os percentuais das quatro regiões ficaram menos afastados.

Tabela 13 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 2003

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	20,7	9,7	37,2	10,4	23,9	17,8
Indústria	14,4	13,8	9,2	17,1	17,6	11,0
Construção	6,5	8,4	5,1	7,2	6,2	7,2
Comércio e reparação	17,7	22,6	16,2	18,5	16,4	18,9
Serviços	40,4	45,0	32,0	46,6	35,6	45,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

As populações ocupadas masculina e feminina se distribuem de forma bastante distinta nos segmentos da atividade econômica. Em 2003, cerca de dois terços das mulheres ocupadas estavam concentradas em quatro grupamentos de atividade (serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; agrícola; e comércio e reparação), sendo que o maior absorvia 17,3% e o menor, 15,9%. Já na distribuição da população masculina, os quatro maiores grupamentos (agrícola; comércio e reparação; indústria; e construção) reuniam quase 70% dos homens, mas o maior detinha 24,0% e o menor, 10,9%.

Na composição da cada grupamento de atividade por gênero, verificou-se percentual muito reduzido de mulheres no total do contingente ocupado na construção (2,3%), enquanto, no total das pessoas ocupadas nos serviços domésticos, a parcela feminina representava 93,5%.

Tabela 14 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2003

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1)	100,0	100,0	100,0	41,5
Agrícola	20,7	24,0	16,1	32,2
Indústria	14,4	15,8	12,4	35,8
Indústria de transformação	13,6	14,6	12,2	37,1
Construção	6,5	10,9	0,4	2,3
Comércio e reparação	17,7	19,0	15,9	37,2
Alojamento e alimentação	3,6	3,1	4,3	49,6
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	7,0	1,3	11,4
Administração pública	5,0	5,4	4,4	36,9
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	3,5	16,7	77,4
Serviços domésticos	7,7	0,9	17,3	93,5
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	3,7	2,7	5,1	57,0
Outras atividades	6,9	7,5	6,0	36,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos de horas trabalhadas também existem diferenças marcantes entre os contingentes masculino e feminino. Enquanto 42,2% das mulheres trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais em todos os trabalhos em 2003, este percentual era de 17,9% na parcela masculina. A comparação com os resultados de dez anos antes revelou que esse indicador diminuiu na população feminina e aumentou na masculina, mas a defasagem continuou elevada. Os resultados de 1993 foram de 46,0% para as mulheres e 16,3% para os homens.

Trabalho infantil

Em 2003, no contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 11,7% delas eram ocupadas. O nível da ocupação do grupo de 5 a 17 anos de idade continuou apresentando tendência de declínio.

De 2002 para 2003, a participação das crianças ocupadas no grupo etário de 5 a 9 anos de idade passou de 1,7% para 1,3%, no de 10 a 14 anos, de 11,3% para 10,4%, e no de 15 a 17 anos, de 31,8% para 30,3%. Em 1993, estes indicadores estavam, respectivamente, em 3,2%, 19,6% e 46,0%.

Constatou-se, ainda, que o diferencial entre os gêneros foi mantido. De 1993 para 2003, a proporção de crianças ocupadas no contingente de 5 a 17 anos de idade baixou de 24,5% para 15,2%, entre os meninos e de 13,5% para 8,2%, entre as meninas.

No contingente de 5 a 17 anos de idade, a concentração em atividade agrícola aumentou com a diminuição da idade, o mesmo ocorrendo com os trabalhos sem contrapartida de remuneração. Em 2003, a atividade agrícola detinha 74,6% das crianças ocupadas de 5 a 9 anos de idade. No grupo etário de 10 a 14 anos, cerca de 58% desenvolviam atividade agrícola e, no de 15 a 17 anos esta parcela ficou em 33,4%. Esse resultado ficou acima da proporção ocupados no contingente de 18 anos ou mais de idade (19,3%).

Tabela 15 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo - Brasil - 1993/2003

Ano	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade (%)				
	Total	Grupos de idade			
		5 a 14 anos			15 a 17 anos
		Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	
Total					
1993	19,0	11,6	3,2	19,6	46,0
1998	15,5	8,9	2,6	14,6	35,8
2003	11,7	5,8	1,3	10,4	30,3
Homens					
1993	24,5	15,3	4,3	25,6	57,9
1998	20,0	11,7	3,3	19,4	46,0
2003	15,2	7,7	1,7	13,8	38,4
Mulheres					
1993	13,5	7,9	2,0	13,5	33,9
1998	10,8	6,0	1,8	9,7	25,4
2003	8,2	3,8	0,9	6,8	22,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividade econômica apresentava diferenças regionais importantes. Nas regiões em que a participação da população em atividade agrícola era maior, o nível da ocupação das crianças e adolescentes era mais elevado. Em pequenos empreendimentos

familiares, especialmente em atividade agrícola, o trabalho das crianças e adolescentes pode representar um auxílio para a geração de rendimento ou para a produção destinada ao consumo domiciliar.

Tabela 16 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões - 2003

Grupos de idade	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	11,7	9,5	15,3	8,6	14,4	9,7
5 a 14 anos	5,8	4,3	9,1	3,1	7,3	3,8
15 a 17 anos	30,3	26,6	34,5	25,3	37,3	28,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclui as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

Sindicalização e cobertura previdenciária

De 2002 para 2003, o número de contribuintes de instituto de previdência, em qualquer trabalho, apresentou elevação de 4,0%. Este crescimento foi superior a todos ocorridos a partir de 1993. A proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada de 2003 (46,4%) superou todas as do período de 1993 a 2002. O incremento no emprego registrado, que concentra a maioria dos contribuintes de instituto de previdência, contribuiu para a elevação desse indicador de 2002 para 2003. A proporção de contribuintes da previdência em qualquer trabalho na população ocupada de 1993 (43,1%) foi menor que as seguintes até 2003.

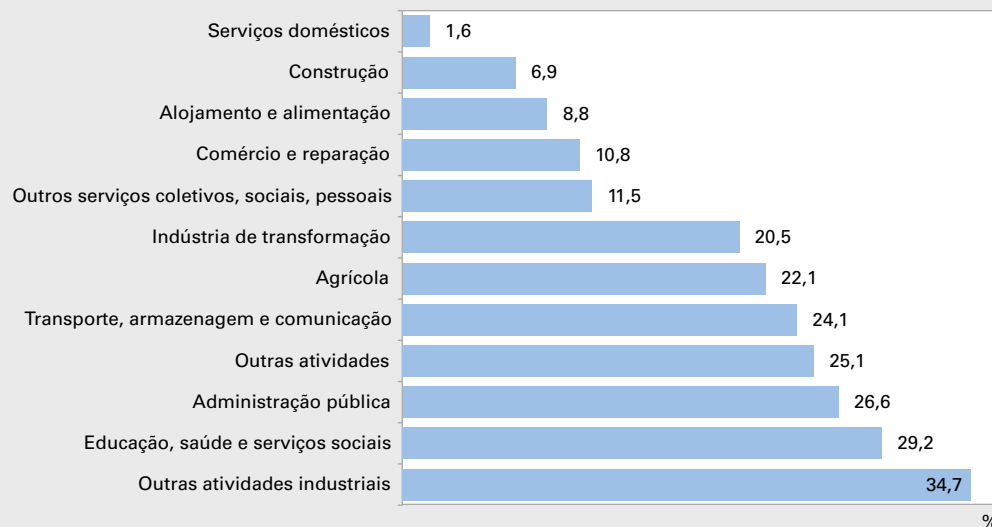
Os grupamentos de atividade que apresentaram as maiores proporções de contribuintes de instituto de previdência foram os da administração pública (84,6%) e da educação, saúde e serviços sociais (82,6%), enquanto o menor percentual foi o do agrícola (10,9%).

Os grupamentos de atividade que apresentaram as menores proporções de contribuintes de instituto de previdência foram o agrícola (10,9%), o da construção (28,0%) e o dos serviços domésticos (29,3%).

O número de pessoas ocupadas sindicalizadas ascendeu em 6,4% de 2002 para 2003, e elevou o nível de sindicalização na população ocupada de 16,8% para 17,7%, que foi o resultado mais alto deste indicador em dez anos. Nesse período o mínimo do percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada ocorreu em 1998 (15,9%).

Esse indicador mostrou que a sindicalização foi maior no grupamento da educação, saúde e serviços sociais (29,2%), vindo em seguida a da administração pública (26,6%). No outro extremo, a proporção de pessoas sindicalizadas ficou em apenas 1,6% no grupamento dos serviços domésticos e, em 6,9%, no da construção.

Gráfico 3 - Percentual de pessoas sindicalizadas na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação dos rendimentos

Em 1993, a recuperação do processo recessivo iniciado em 1990, embora acompanhada de recrudescimento da inflação, e uma política salarial mais favorável propiciaram a elevação das remunerações. Esse impulso positivo, se fez sentir com maior intensidade nas faixas de remuneração mais altas, revertendo o sentido descendente da concentração dos rendimentos.

O Plano Real, instituído em julho de 1994, provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação ainda mantida neste Plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, de certa forma protegeu as categorias de remunerações mais baixas. Os ganhos decorrentes deste período favorável de estabilidade alcançaram a base da distribuição dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do Plano Real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações. As duas crises, decorrentes de perturbações na ordem econômica internacional, ocorridas nos dois anos seguintes determinaram ajustes na política econômica do País. A primeira crise ocorreu após o período retratado pela pesquisa de 1997, enquanto a segunda foi deflagrada pouco antes da pesquisa de 1998, não sendo captado plenamente o agravamento que causou, uma vez que há uma defasagem entre a ocorrência de impacto na economia e as suas conseqüências no mercado de trabalho e nos rendimentos. As remunerações

tiveram reduções pouco expressivas tanto em 1997 como em 1998, e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, em função dos ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade, já começando a indicar o impacto recessivo. Os rendimentos atrelados ao salário mínimo, que teve ganho real, foram um dos fatores que ajudaram a sustentar o aumento na metade inferior da distribuição dos remunerações.

Em 1999, começaram a surgir indícios de recuperação na economia, mas houve aumento da inflação que vinha em ritmo de declínio desde a implantação do Plano Real, causando pequena perda real no valor do salário mínimo. Além deste fato, as conseqüências do período recessivo causaram perdas reais nos rendimentos. Em 1999, os rendimentos tiveram substancial redução, que atingiu com intensidade um pouco maior as remunerações mais altas. A participação no total das remunerações retirada do segmento do topo distribuiu-se entre os demais, reduzindo o grau de concentração dos rendimentos. Em 2000, firmou-se o processo de recuperação que foi revertido em 2001, ano em que o racionamento de energia e o crescimento das taxas de juros contribuíram para a desaceleração da economia e a inflação continuou em elevação. Estes fatores causaram, em 2001, perda real, ainda que relativamente pequena nos rendimentos, mantendo a tendência de queda iniciada em 1997. Em valores reais, o salário mínimo de 2001 superou em 15,3% o de 1999, o que contribuiu decisivamente para o pequeno ganho real observado na metade inferior da distribuição das remunerações, pois a faixa que mais concentrava este rendimento apresentou elevada alta. Na metade superior da distribuição dos rendimentos o sentido foi de redução, que no todo foi pequena, em função da última faixa ter apresentado redução irrelevante, o que implicou estabilidade no nível da concentração dos rendimentos.

Em 2002, os ajustes feitos em função da crise energética ocorrida no ano anterior ainda se refletiram na economia e a recuperação que começava a se delinear foi afetada pela turbulência na ordem econômica interna desencadeada no período eleitoral. Como conseqüência, a perda real nas remunerações foi mais evidente que a constatada no ano anterior, sinalizando a continuação da tendência de queda. Ainda que pequeno, o ganho real que o salário mínimo de 2002 apresentou em relação ao do ano anterior ajudou a atenuar as perdas nos segmentos que continham este rendimento. Na distribuição dos rendimentos, a perda na sua metade superior foi um pouco maior que na inferior, o que fez com que a concentração das remunerações de trabalho apresentasse pequena redução.

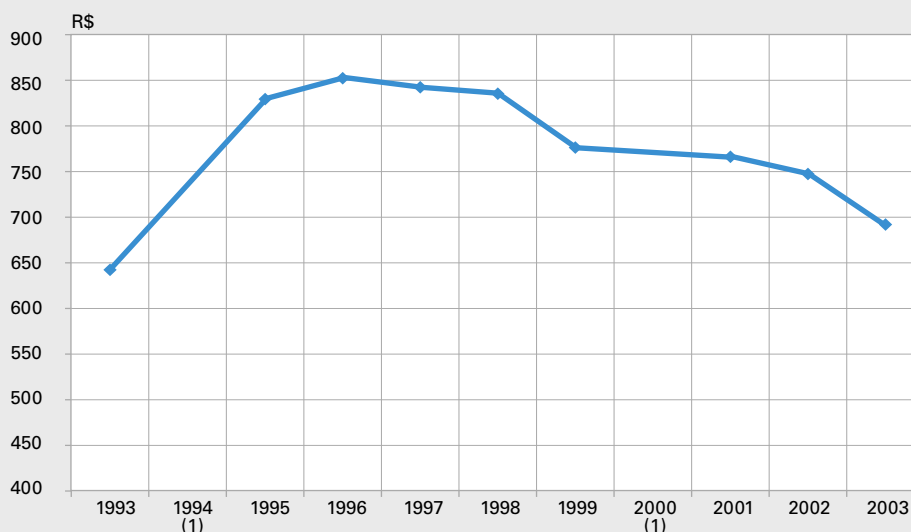
Os ajustes na política econômica, iniciados ao final de 2002, definindo a elevação das taxas de juros, contribuíram para a desaceleração na economia em 2003, que foi acompanhada pelo crescimento da inflação. Em decorrência, intensificou-se a perda real nos rendimentos, mantendo a tendência declinante iniciada em 1997. Na distribuição dos rendimentos de trabalho, somente um segmento, o terceiro menor, não apresentou perda real. O ganho real de 2,1% que o salário mínimo teve em relação ao do ano anterior sustentou a variação

positiva, ainda que pequena, no segmento em que mais se concentrava e contribuiu para reduzir a perda no seguinte, que ainda detinha parte desse rendimento. Na primeira metade da distribuição, as perdas foram menores que na segunda, o que resultou em redução na concentração dos rendimentos de trabalho. Esse mesmo comportamento foi verificado para o rendimento de todas as fontes.

De 2002 para 2003, a perda real entre os 50% dos ocupados com as menores remunerações de trabalho foi de 4,2% e entre os 50% com os maiores rendimentos, de 8,1%.

A remuneração média real das pessoas com rendimento de trabalho apresentou queda 7,4% de 2002 para 2003. Essa foi a maior redução ocorrida desde 1997, quando se iniciou o sentido descendente das remunerações. Em 2003, esse rendimento apresentou redução de 18,8% em relação ao de 1996, ano em que alcançou seu ponto máximo no período de 1993 a 2003.

Gráfico 4 - Rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento de trabalho - Brasil - 1993/2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

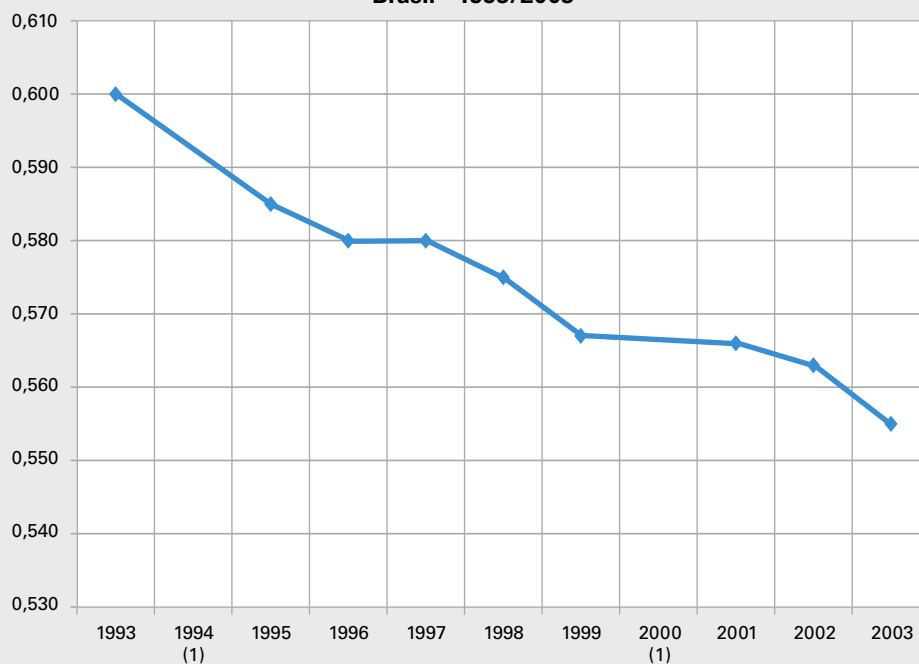
Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Obtido por interpolação linear.

Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 49,0%, em 1993, e 45,3%, em 2003, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 0,7%, em 1993, e 1,0%, em 2003.

No período de 1993 a 2003, o Índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho apresentou tendência de declínio. Este indicador estava em 0,600, em 1993, e atingiu 0,555, em 2003, o mais baixo resultado desde 1981.

Gráfico 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento de trabalho Brasil - 1993/2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2003.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Obtido por interpolação linear.

O confronto regional mostrou que o grau de concentração dos rendimentos manteve-se mais elevado no Nordeste e menor no Sul.

De 2002 para 2003, a perda real nas remunerações atingiu todas as categorias de posição na ocupação. O rendimento real dos trabalhadores domésticos diminuiu 5,4% e o dos contas-próprias, 6,6%, enquanto o dos empregados e dos empregadores apresentaram o mesmo percentual de redução (7,5%).

Em termos regionais, o Nordeste continuou detendo remunerações médias acentuadamente inferiores às das demais regiões.

Os resultados de 2003 mostraram que a remuneração média de trabalho do contingente feminino ainda permaneceu em patamar muito inferior ao do masculino. Em 1993, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 59,0% do recebido pelos homens e, em 2003, ficou em 69,6%. A diferença entre as remunerações dos homens e das mulheres permaneceu maior na categoria dos trabalhadores por conta própria e menor na dos empregados. Em 2003, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 64,0% do auferido pelos homens na categoria dos contas-próprias, e 90,0% na dos empregados.

Em 2003, na distribuição das pessoas ocupadas por faixas de rendimento mensal de trabalho, verificou-se que 27,8% ganhavam até 1 salário mínimo e 1,3% recebia mais 20 de salários mínimos.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega as remunerações de todas as fontes de seus moradores, a proporção de domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 12,9% e a dos que estavam na faixa de mais de 20 salários mínimos em 3,9%. Os maiores percentuais nesta última faixa foram os das Regiões Centro-Oeste (5,1%) e Sudeste (5,0%). Já na faixa com rendimento de até 1 salário mínimo, os mais baixos foram os das Regiões Sudeste (7,9%) e Sul (7,2%), bastante distanciados do mais elevado, referente à Região Nordeste (25,9%).

O rendimento médio mensal domiciliar apresentou queda de 8,0%, de 2002 para 2003. A região que apresentou a menor perda real, de 2002 para 2003, nesse rendimento foi a Sul (2,2%) e as perdas mais elevadas foram na Norte urbana (12,0%) e na Centro-Oeste (11,4%).